



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

NATÁLIA FERNANDA ISIDRO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
(TEA) EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**GUARABIRA/PB
2022**

NATÁLIA FERNANDA ISIDRO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
(TEA) EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado no Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, como requisito à obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Especial e Inclusiva

Orientadora: Prof^ª Ma. Débora Regina Fernandes Benício

**GUARABIRA/PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Natália Fernanda Isidro da.
A educação das crianças com transtorno do espectro autista (TEA) em tempos de pandemia [manuscrito] / Natalia Fernanda Isidro da Silva. - 2022.
61 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Autismo. 4. Pandemia da Covid-. I. Título

21. ed. CDD 371.9

NATÁLIA FERNANDA ISIDRO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA (TEA) EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado no Curso de Pedagogia, da
Universidade Estadual da Paraíba,
Campus III, como requisito à obtenção
do grau de licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação
Especial e Inclusiva

Aprovada em: 11 / 03 / 2022 .

BANCA EXAMINADORA

Débora Regina Fernandes Benício

Prof^ª. Ma. Débora Regina Fernandes Benício (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Verônica Pessoa da Silva.

Prof^ª. Dra. Verônica Pessoa da Silva (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Marcelo Saturnino da Silva

Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus aquele me deu o dom da vida e que sempre foi a minha fortaleza, à Virgem Santíssima, Rainha do meu coração, que sempre me manteve envolvida em seu regaço acolhedor de mãe, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero expressar minha gratidão a Deus por, em meio às aflições, ter sido o meu ânimo e meu refúgio.

À Santíssima Virgem Maria, àquela à quem consagrei tudo o que tenho, a que me acolheu em seu colo de mãe e me fez esquecer do meu cansaço em meio às adversidades.

À Professora Mestra Débora Regina Fernandes Benício, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e por toda dedicação e carinho. Minha gratidão por todo conhecimento compartilhado e pela paciência durante todo o processo de construção deste trabalho.

À minha mãe Cristina, por todo apoio e incentivo nos meus estudos, que sempre prezou pela minha formação docente e por me ensinar todos os dias que, quando somos mulheres, a força nos encontra. Minha eterna gratidão.

A toda minha família por todo encorajamento e suporte durante minha vida. Por nunca medirem esforços em me ajudar. O apoio e compreensão de vocês contribuíram fortemente para alcançar o meu objetivo.

Aos meus professores e professoras que contribuíram ao longo de oito semestres por meio das disciplinas e debates para o desenvolvimento desta pesquisa. Desejo sucesso em suas vidas no âmbito pessoal e profissional.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio. Foram momentos maravilhosos vivenciados e de grande alívio em meio às preocupações presentes na vida acadêmica. Desejo muito sucesso a vocês e que Deus abençoe grandemente a vida de cada um.

*São as escolas que têm de mudar e não os alunos,
para que estes tenham assegurado o direito de
aprender, de estudar nelas! O direito à educação é
indisponível e natural, não admitindo barganhas.*
(MANTOAN, 2015)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo principal verificar a situação da inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Amaro Beltrão, no município de Mulungu-PB, durante a pandemia da Covid-19, a fim de melhor compreender o papel da escola regular em meio aos desafios e possibilidades que se fazem presentes na educação inclusiva. Como parte do processo metodológico, este trabalho traz uma pesquisa de cunho qualitativo em educação com caráter exploratório. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, incluindo materiais já publicados acerca da temática do presente estudo em sites como: Anped, Scielo, Google Acadêmico e o acervo da Biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sucedendo das leituras nos livros Mantoan (2015), Gaiato (2018), entre outros. Além da análise desses documentos foi realizada uma pesquisa documental, com fundamentação nos documentos oficiais referentes às políticas públicas educacionais na área inclusiva. Foram consultados documentos, tais como: a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Declaração Mundial de Educação Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961, 1971 e 1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012). Para a coleta dos dados foi aplicado um questionário *on-line* com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Mediante os resultados deste estudo, percebe-se a relevância de pesquisas acerca da educação dos estudantes com TEA para que novos caminhos sejam abertos, tendo em vista a garantia do direito à educação a esse público da educação especial numa perspectiva de educação inclusiva.

Palavras – Chave: Educação. Inclusão. Autismo. Pandemia da Covid-19.

ABSTRACT

The main objective of this work is to verify the situation of the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Amaro Beltrão, in the municipality of Mulungu-PB, during the Covid-19 pandemic, in order to better understand the role of regular schools in the midst of the challenges and possibilities that are present in inclusive education. As part of the methodological process, this work presents a qualitative research in education with an exploratory character. Therefore, a bibliographic research was carried out, including materials already published on the subject of the present study on sites such as: Anped, Scielo, Google Scholar and the collection of the Library of the State University of Paraíba (UEPB), succeeding the readings in the Mantoan books (2015), Gaiato (2018), among others. In addition to the analysis of these documents, a documentary research was carried out, based on official documents referring to public educational policies in the inclusive area. Documents were consulted, such as: the Federal Constitution (1988), the Statute of Children and Adolescents (1990), World Declaration of Education for Everyone (1990), the Salamanca Declaration (1994), the Law of Guidelines and Bases for Education (1961, 1971 and 1996), the National Guidelines for Special Education in Basic Education (2001) and the National Policy for the Protection of the Rights of Persons with Autism Spectrum Disorder (2012). For data collection, an online questionnaire was applied to the teacher of the Specialized Educational Service (AEE). Through the results of this study, the relevance of research on the education of students with ASD is perceived so that new paths can be opened, with a view to guaranteeing the right to education for this special education public in an inclusive education perspective.

Keywords: Education. Inclusion. Autism. Covid-19 pandemic.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA	Applied Behavior Analysis
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PECS	Picture Exchange Communication System
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TEACCH	Treatment and Communication Handicapped Children

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO ESCOLAR	16
2.2	O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	29
2.3	INCLUSÃO EDUCACIONAL DA CRIANÇA AUTISTA	37
2.4	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA	41
3	METODOLOGIA.....	45
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICES	58
	APÊNDICE A- MODELO DE FORMULÁRIO APLICADO PARA COLETA DE DADOS	58
	APÊNDICE B – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	61
	APÊNDICE C – MODELO DA CARTA DE AUTORIZAÇÃO	62

1. INTRODUÇÃO

Durante um longo período histórico, as pessoas com deficiência não eram bem-vindas à sociedade, o que provocou um longo processo de exclusão, estigmatização e marginalização. Essas pessoas quando não vistas como tipicamente normais, mediante um ideal de perfeição humana, eram retiradas do convívio social e tratadas como indigentes, pessoas castigadas por Deus, eram motivos de piadas e até, em certo período da história, eram eliminadas. O histórico das pessoas com deficiência é permeado de sentimentos de humilhação e luta pelo reconhecimento da sua dignidade humana.

Desse modo, como não existia aceitação, essas pessoas não participavam das atividades na sociedade, visto que não eram aceitas. Até que em um dado momento da história essa luta pela dignidade humana surge com a perspectiva dos Direitos Humanos, e o processo da busca pelos direitos das pessoas com deficiência vai ganhando espaço em meio aos movimentos sociais e com isso há o surgimento das legislações que fazem referências às pessoas com deficiência, onde essas pessoas passaram a ser reconhecidas como pessoas que possuem direitos de participarem ativamente da sociedade e que os governantes deveriam possibilitar meios para essa participação ativa.

Nessa perspectiva, surge o movimento da inclusão das pessoas com deficiências e o advento desse movimento é refletido no âmbito educacional. Sendo assim, visto que a educação é um meio de preparação para a formação do indivíduo para atuar em sociedade de maneira autônoma, crítica e reflexiva, as escolas regulares, garantindo o direito das pessoas com deficiência, devem recebê-las em seus ambientes. Contudo, essa inclusão escolar passou a ser refletida como mais um meio de exclusão, visto que as escolas apenas passaram a inserir os alunos em suas salas regulares de ensino, mas não possibilitavam meios para seu ensino-aprendizagem, baseadas no pressuposto da incapacidade das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, emergem os conceitos de integração e inclusão, logo que um passou a ser entendido como um processo apenas de inserção do aluno com deficiência nas classes especiais e o outro passa a ser entendido como uma inserção total com a criação de possibilidades para uma inclusão efetiva dentro das escolas. Valendo salientar que a integração era entendida como a inserção dos alunos das escolas especiais para as escolas comuns, mas em classes especiais. Com

o aumento da inserção dos alunos com deficiências nas salas comuns, a integração escolar passa a ser substituída pela inclusão escolar.

No Brasil, o movimento da inclusão começou a ganhar espaço com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Carta Magna do nosso país. Esse foi um importante passo para o movimento da inclusão que logo passou a ser firmada em outras legislações. A educação das pessoas com deficiência tornou-se pauta importante em meio a essas legislações e o movimento de uma educação inclusiva começou a ter um grande espaço, fazendo com que a educação do Século XXI se alicerssasse nos princípios de uma educação inclusiva.

Contudo, a ideia de uma educação fundamentada em uma perspectiva inclusiva requeria uma oferta de escola para todos, que propusesse um ensino de qualidade e que atendesse às especificidades dos seus alunos. No entanto, esse processo é permeado de defasagens, em que a luta pela validação desses direitos é contínua. São inúmeros os grupos que são estigmatizados pela sociedade e ainda sofrem com essas defasagens em seu processo de inclusão escolar. Entre esses grupos podemos citar o das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Sabe-se que o TEA é um transtorno em que alguns dos aspectos são o comprometimento da comunicação, da interação social e do comportamento com interesses restritivos e padrões repetitivos. Considera-se que essas características são manifestadas nos primeiros meses de vida da criança. Porém, essas características variam, por isso a utilização do termo “espectro”.

Diante das características das crianças com TEA, a sua inclusão escolar demanda algumas exigências, entre elas a de que a escola e os professores estejam preparados para a inclusão desses alunos na rede regular de ensino. Partindo do fato de que a criança com autismo, assim como qualquer cidadão, tem o direito inalienável à educação, ela deve apropriar-se desse direito e a escola deve estar apta para prepará-la e formá-la para assumir seu papel na sociedade.

Entretanto, esse tem sido um processo de inclusão desafiador que requer conhecimento dos direitos à educação dessas crianças e do papel da escola regular frente ao processo de inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista. Diante disso, consideramos que a sociedade, em seus diferentes âmbitos, e, em especial a educação, tem uma dívida com essas pessoas que foram historicamente estigmatizadas por não atenderem à idealização que se tem de pessoas normais.

Ademais, podemos pontuar que a inclusão das pessoas com deficiência tem sido um processo tão desafiador ao longo da trajetória dessas pessoas, e essa problemática acentuou-se

ainda mais diante da situação em que a sociedade tem enfrentado diante de um vírus que afetou fortemente a educação e nos fez reinventar toda a estrutura educativa para que a educação não parasse de ser mediada, foi um desafio ainda maior para o ensino aprendizagem de crianças com TEA, o que nos leva a indagar, refletir e pesquisar a respeito. À vista disso, para melhor delimitarmos o nosso trabalho, o principal questionamento em volta da nossa pesquisa tem sido: Como acontece a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista na rede regular de ensino em tempos de pandemia da Covid-19?

A temática abordada neste trabalho de conclusão de curso é relevante devido à necessidade de compreensão do advento do movimento de inclusão e os seus impactos na rede regular de ensino, assim como, para melhor entendimento do aumento de alunos com Transtorno do Espectro Autista nas escolas regulares durante a pandemia do Covid-19, partindo do fato de que apenas a realização da matrícula do aluno com autismo e a sua presença em uma escola que o coloca em ambientes isolados não são práticas de inclusão. Dito isso, o estudo ainda se justifica para o conhecimento de como ocorrem as práticas de inclusão nas escolas regulares.

O estudo em questão é de grande relevância para a compreensão e discussão acerca da temática, sendo primordial para a ampliação dos conhecimentos na área de inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista e principalmente para os profissionais da educação, tanto os que já são formados como aqueles que ainda estão em formação, de modo que possam promover práticas inclusivas nas escolas, traçando novos caminhos e refazendo os caminhos que precisam de mudanças.

Diante do exposto, este trabalho, tem por objetivo geral verificar a situação da inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Amaro Beltrão, situada no município de Mulungu-PB, durante a pandemia da Covid-19, buscando melhor compreender o papel da escola regular em meio aos desafios e possibilidades que se fazem presentes na educação inclusiva.

No que se refere aos objetivos específicos, buscamos a) Discorrer sobre a perspectiva histórica da Educação Inclusiva e as políticas educacionais referentes à inclusão; b) Apresentar as concepções acerca do Transtorno do Espectro Autista (TEA); c) Identificar o papel da escola regular frente à inclusão da criança autista mediante aos desafios e possibilidades; d) Investigar como acontece a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Escola

Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Amaro Beltrão durante a pandemia da Covid-19.

Como parte do procedimento metodológico, este trabalho configura-se em uma pesquisa qualitativa em educação, de caráter exploratório, onde optamos por uma revisão narrativa, partindo da procura em materiais já publicados acerca da temática do presente estudo, buscando em sites como: Anped, Scielo, Google Acadêmico e a Biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sucedendo das leituras nos livros de Maria Teresa Eglér Mantoan (2015), intitulado “Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?” e o livro de Mayra Gaiato (2018), cujo título é “S.O.S Autismo: Guia Completo para entender o Transtorno do Espectro Autista”.

Também utilizamos a pesquisa documental, buscando fundamentação nos documentos oficiais, referentes às políticas públicas educacionais na área inclusiva em documentos como: a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961,1971 e 1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012).

Como parte final da metodologia, realizamos a aplicação de um questionário *on-line* com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), responsável pela mediação do conhecimento para as crianças com autismo durante a pandemia, a fim de um melhor entendimento da realidade escolar das crianças com autismo, assim como, para refletirmos sobre os impactos causadas pela pandemia na educação inclusiva.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso encontra-se dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo intitulado “Referencial Teórico” apresentamos três seções: na primeira “Os aspectos históricos da inclusão escolar”, em que buscamos abordar a respeito da contextualização histórica das pessoas com deficiência e os avanços referentes à educação inclusiva, mediante as políticas educacionais; na segunda, nomeada como “O Transtorno do Espectro Autista”, abordamos sobre a definição do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a importância de um melhor entendimento da temática; e na terceira, discorremos sobre a “Inclusão educacional da criança autista”, onde dialogamos sobre o papel da escola frente a inclusão da criança autista. A seguir temos o tópico denominado “Educação inclusiva em tempos de pandemia” onde

dialogamos sobre o momento atual vivenciado por todo o mundo que é a pandemia da Covid-19 e os seus impactos no âmbito educacional.

No terceiro capítulo apresentamos a metodologia de pesquisa para a construção deste TCC. No quarto, apresentamos os resultados, as discussões e dialogamos com alguns autores partindo das respostas da professora frente ao questionário estruturado, buscando apresentar a relevância desta temática para a educação em meio à necessidade vigente de uma educação inclusiva que integre as várias facetas de uma pedagogia da inclusão. Por fim, temos as considerações finais do trabalho, nas quais procuramos sintetizar aquilo que foi exposto durante o desenvolvimento do trabalho e mais bem delimitado nos nossos objetivos. Posteriormente, temos as nossas referências bibliográficas utilizadas para todo o embasamento e autenticidade do nosso trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, abordaremos os aspectos históricos e legais da educação inclusiva e discutiremos sobre o Transtorno do Espectro Autista. Ademais, discorreremos sobre a inclusão da criança autista e os impactos sofridos pela educação durante a pandemia da Covid-19.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Ao falarmos de inclusão escolar, torna-se imprescindível realizar um resgate histórico de como surgiu essa necessidade de inclusão. Ao longo da história da humanidade, os aspectos históricos são baseados em princípios culturais, religiosos, sociais e econômicos e, cada momento histórico, é analisado partindo das concepções de que se tinha desses princípios naquele dado momento. Contudo, é relevante destacar que para se entender a inclusão escolar nos dias atuais, faz-se necessário contextualizar os primórdios da história.

Na antiguidade as pessoas com deficiência eram submetidas a tratamentos desumanos, eram excluídas da sociedade ou até mesmo eliminadas. As vidas dessas pessoas eram constantemente colocadas em risco e a sua dignidade humana ameaçada. Na Grécia, especificamente na cidade de Esparta, existia um ideal de perfeição humana. Assim, os aspectos físicos do corpo eram enaltecidos, corpos robustos e fisicamente perfeitos tinham grande importância na cidade de Esparta, visto que, como era uma cidade de guerra, existia uma priorização na educação militar. Quando as crianças apresentavam alguma deformidade em seu aspecto físico, “[...] essas crianças eram abandonadas nas montanhas [...]”. (CARDOSO, 2004, p. 15).

Segundo Cardoso (2004), em Roma, as crianças que apresentassem alguma deformidade eram jogadas nos rios para morrerem afogadas. Na Idade Média, partindo dos princípios religiosos, as pessoas com deficiência eram vistas como castigadas por Deus ou até mesmo comparadas com a imagem do diabo, eram, portanto, pessoas que precisavam de santificação, sempre tratadas com inferioridade e excluídas do convívio em sociedade.

Nesse entendimento, Cardoso nos diz: “Ao longo da Idade Média, nos países europeus, os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos”. (CARDOSO, 2004, p. 16). Diante da perspectiva histórica, fica perceptível o quão perversa a sociedade era para com esse grupo e como essas pessoas tiveram suas vidas ameaçadas por muito tempo.

Segundo Reis (2010), ainda na Idade Média, com o avanço do cristianismo, a ideia que se tinha das pessoas com deficiência foi modificada, passaram a vê-las como filhas de Deus, como pessoas que tinham uma alma e por isso sua vida deveria ser resguardada. Por essa razão as instituições religiosas passaram a abrigar essas pessoas mediante tratamentos que divergiam entre tratamentos caridosos ou castigos.

No período da Idade Média as pessoas com deficiência eram mortas, abandonadas, vistas como castigadas por Deus ou até mesmo demônios e consideradas pessoas em que sua deficiência era tida como uma doença contagiosa. Foi um longo período de perseguição e de vidas dizimadas, onde, mesmo com a mudança de visão do catolicismo sobre essas pessoas, elas continuavam em situações de exclusão, com tratamentos desumanos e abandonadas à mercê dos asilos e hospícios, sem nenhum direito a conviver em sociedade. Nesse ponto de vista, a autora Maria Ângela Côrrea nos confirma dizendo:

A história da Educação Especial ou das pessoas com necessidades especiais, da Antigüidade até a Idade Média, mostra que o extermínio, a discriminação e o preconceito marcaram profundamente a vida dessas pessoas que, quando sobreviviam, não tinham outra alternativa senão a vida à margem da sociedade. Mesmo que isso acontecesse sob o véu do abrigo e da caridade, a exclusão era o caminho naturalmente praticado naquela época (CÔRREA, 2010. p. 16 *apud* BARBOSA, 2013, p 13-14).

No período do Renascimento, a visão que se tem das pessoas com deficiência vai se transformando e surgem as primeiras concepções de que essas pessoas precisam e devem receber um atendimento da sociedade. Aqui já podemos observar que os princípios da educação inclusiva começam a apresentar seus indícios. Torna-se relevante destacar que, de acordo com Cardoso (2004), as primeiras ideias que se tinha era a de um atendimento mais de caráter assistencial do que educativo.

Podemos considerar que, com essas mudanças das ideologias religiosas e o advento da ciência e do reconhecimento da dignidade humana, existe uma ruptura com as crenças da Idade

Média, contribuindo para as mudanças nos aspectos culturais, sociais e religiosos da sociedade. Entre os estudos que surgiram no período do renascimento podemos citar:

Bauer (1443-1485) que em seu estudo denominado ‘De Invention Dialéctica’ faz referência a um surdo-mudo que se comunicava por escrito. A partir deste fato o médico Jerônimo Cardan (1501-1576), pode questionar o princípio defendido por Aristóteles de que “o pensamento é impossível sem a palavra”.

- Valentin Haüy (1746-1822) criou em Paris um instituto para crianças cegas em 1784. Era aluno do instituto o cego Louis Braille (1806-1852), criador do famoso sistema de leitura e escrita conhecido precisamente por sistema Braille.

- Carmo (1991), afirma que a época do Renascimento foi marcada por grandes personalidades no campo da cultura, ciência, arte e música que eram deficientes como: Luís de Camões, que perdeu um de seus olhos em luta, Galileu Galilei ficou cego no final de sua vida. Johannes Kepleer aos quatro anos de idade passou a ser deficiente visual, causado por sarampo. Ludwig Von Beethoven no final de sua vida fica surdo. Observa-se que nenhum dos deficientes são mentais, apenas físicos. O deficiente mental continuava segregado e não tinha destaque na sociedade, pois a esses era negado as oportunidades de aprendizagem.

- Ferreira e Guimarães (2003) afirmam que na Idade Moderna, o homem passa a ser entendido como animal racional, que trabalha planejando e executando atividades para melhorar o mundo dos homens e atingir a igualdade através da produção em maior quantidade. A apologia era o método experimental. Valoriza-se a observação, a testagem, as hipóteses. Encaminham-se esforços para descobrir as leis da natureza relegando-se a plano secundário as discussões sobre as leis divinas. (FOSSI, 2010, p. 13).

A partir desses estudos, foi se expandindo a ideia de que as pessoas com deficiência deveriam receber tratamentos em que fossem reconhecidos os seus direitos. Entretanto, esses tratamentos que as pessoas com deficiência recebiam eram segregadores, visto que ainda mantinham essas pessoas nas instituições de caridade e hospitais. Partindo de uma análise da história das pessoas com deficiência, percebemos que as instituições que concediam um apoio a essas pessoas partiam de um atendimento médico e não de um atendimento educacional.

Essa segregação sobre a qual falamos é vista por meio de dois eixos, um que a considera como um meio excludente, pela suposição de considerarem as pessoas com deficiência uma ameaça para a sociedade e outro que a considera benéfica, visto que as instituições podem prestar mais assistência a essas pessoas como, por exemplo, assistência, proteção e pela intervenção dos tratamentos existia a possibilidade de oferecer-lhes um princípio educativo (MENDES, 1995, *apud* FOSSI, 2010).

Sendo assim, a Educação Especial começa a ganhar espaço e surgem as primeiras escolas especiais, em que se priorizava o atendimento às pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência logo que se entendia que elas não poderiam estudar nas escolas comuns. No mesmo

período aconteceram mudanças em relação à formação dos professores, visto que se entendia que para a educação das pessoas com deficiência demandava-se professores que tivessem alguma formação no tratamento dessas pessoas.

Nesta fase se começa a fazer a formação de professores em instituições e que se criam as primeiras associações profissionais, tais como a Associação Americana de Instrutores de Cegos (1871), a Associação Americana de Deficiência Mental (1876) e que a psicologia se estabeleceu como um campo profissional. (FOSSI, 2010, p. 14).

Com o avanço em torno dos estudos referentes às pessoas com deficiência, a Educação Especial vai se expandindo, fazendo com que a sociedade tivesse um novo olhar para as pessoas com deficiência e provocando ainda mais o surgimento das instituições voltadas para esse público, salientando que a maioria das instituições era voltada para os cegos e surdos. Podemos destacar dois estudos importantes que foram o de Langdon Down e Maria Montessori.

Langdon Down e Maria Montessori foram os ícones que deram impulsos aos estudos sobre a deficiência, criando e aprimorando métodos que favorecessem o desenvolvimento dos portadores de necessidades especiais. Destacando também a importância do preparo dos educadores para auxiliar esse desenvolvimento. (BARBOSA, 2013, p. 16).

Esses estudos foram grandes contribuições para a Educação Especial, o que colaborou para novos métodos de tratamentos e sistemas pedagógicos, o que colaborava para que a sociedade entendesse que as pessoas com deficiência eram capazes, afastando o estigma que se tinha de tratar essas pessoas como incapazes e inúteis. Nesses estudos, Langdon Down identifica a Síndrome de Down, Montessori colabora com o desenvolvimento de programas de treinamento para deficientes mentais e ainda podemos citar Pestalozzi que desenvolveu sistemas pedagógicos eficazes para as crianças em geral. (BARBOSA, 2010). Ademais, podemos destacar que ainda no século XX, com a ampliação dos serviços para as pessoas com deficiência, considerado “serviços especiais”, os alunos passam a ser chamados de “excepcionais”. (CARDOSO, 2004).

Podemos perceber que, desde a antiguidade, existiam pessoas com deficiência e ao longo do tempo a maneira como essas pessoas eram vistas e tratadas foi se modificando de acordo com o período histórico e a cultura do povo da época. Ao analisarmos com a perspectiva da atualidade, o tratamento que as pessoas com deficiência recebiam era marcado por verdadeiras atrocidades, contudo, na época dos acontecimentos eles eram totalmente aceitáveis.

Com o passar dos anos, o modo como essas pessoas eram tratadas foi se modificando com os avanços nas áreas da medicina e também da educação, contribuindo para que as pessoas passassem a entender as deficiências e mobilizar o povo, principalmente os educadores e os pais dessas pessoas com deficiência, para ir em busca dos seus direitos enquanto cidadãos.

No Brasil, os princípios da Educação Especial surgem no período imperial, em que a família real governava o país, com base nas influências europeias. A partir disso, surgiu no Rio de Janeiro, no ano de 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant (IBC), e em 1857 temos a fundação do Instituto dos Surdos e Mudos, hoje intitulado como Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). (REIS, 2010).

Com o passar dos anos, mais precisamente em 1920, a Escola Nova começa a ter grande influência no país, resultando em algumas reformas na educação brasileira. Com isso, partindo do ideário escola-novista, “[...] vários professores psicólogos europeus foram trazidos para oferecer cursos aos educadores brasileiros, influenciando os rumos da Educação Especial no nosso país”. (FOSSI, 2010, p. 17).

Um dos importantes nomes desse período foi o da psicóloga e educadora Helena Antipoff. Ela é um dos importantes nomes da Educação Especial pelos seus estudos voltados para as pessoas com deficiência. Com os seus trabalhos no país, ela fundou a Sociedade Pestalozzi, uma das instituições que muito influenciou a educação no nosso país e com um tempo foi se expandindo e existem até hoje. (FOSSI, 2010).

A Educação Especial no Brasil teve sua expansão partindo da iniciativa privada e, com o passar dos anos, apenas as instituições privadas eram ampliadas e sempre melhoradas, até então não se pensava em uma educação para as pessoas com deficiência nas escolas públicas regulares, ou seja, apenas as famílias que detivessem um certo poder aquisitivo que poderiam matricular, nas escolas privadas, pessoas que possuíam alguma deficiência. Aqueles que não detivessem esse poder aquisitivo, ficavam à mercê do descaso público.

A partir de então a educação no país começa a movimentar-se por meio das legislações que surgiam dos movimentos sociais da época, reforçados pela necessidade que se tinha de uma reorganização no âmbito educacional. Por essa razão, faz-se necessário refletirmos e analisarmos as legislações em torno da educação, para compreendermos os seus impactos na educação e entendermos que a educação inclusiva no Brasil ganha espaço no decorrer do tempo com o surgimento das legislações.

Em termos legislativos referentes à Educação Especial, temos o surgimento da primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), denominada pela Lei 4.024 de 20 dezembro de 1961, que nos fala em dois dos seus artigos o seguinte:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996). Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996). (BRASIL, 1961).

De acordo com o artigo 88 da Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 as pessoas com deficiência, logo chamadas de excepcionais na época, deveriam enquadrar-se no sistema geral de educação. Todavia, a lei dava abertura no que diz “no que for possível”, deixando aberto a opção da possibilidade, algo que colaborou para a continuação do processo de segregação que vem sendo perpassado ao longo da história.

No artigo 89, algo visto como positivo no período é referente à atribuição aos poderes públicos do tratamento especial por meio das bolsas de estudos, empréstimos e subvenções. Algo considerado na época relevante, partindo do fato de que a maioria das instituições de educação especial era do setor privado e nem todos tinham acesso a esse serviço e, quando o Poder Público objetiva contribuir de modo assistencialista, já podemos interpretar que estão notando a importância da Educação Especial, valendo ressaltar que essa não deixa de ser uma prática segregacionista em que deixa nítido que as pessoas com deficiência devem continuar separadas daqueles ditos normais.

A segunda versão da LDB, aprovada pela Lei 5.692/71, traz em um dos seus artigos sobre a educação das pessoas com deficiências físicas ou mentais e os superdotados, referente à matrícula desses alunos e à necessidade de receberem um tratamento especial. Contudo, observa-se que ainda não existe uma organização em torno da educação especial na rede regular de ensino, apenas continuam fortalecendo as entidades privadas. Torna-se relevante informar que a lei em questão alterava a LDB de 1961, e que atualmente foi alterada pela Lei 9.394/96.

Sob forte influência do movimento da integração foi criado no Brasil, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), com a finalidade de gerenciar a Educação Especial, sem deixar de lado o apoio assistencial às instituições privadas, visando à integração dos alunos

com deficiência sem a disponibilização de um atendimento educacional especializado. (MEC/SEESP – Portaria Ministerial nº 555, 5 de junho de 2007).

Destacamos que o movimento integracionista teve forte influência no Brasil. Este movimento objetivava a transferência dos alunos com algum tipo de deficiência para as escolas comuns, quando possível, e esse movimento integracionista muito influenciou as legislações da época, por isso, sempre tem sido utilizado nas legislações termos em que deixem claro que é apenas uma possibilidade. Nesse período em que a integração escolar ganhou espaço, os alunos com deficiência quando matriculados nas escolas comuns, eram submetidos a uma prática de exclusão, pois deveriam se adaptar à escola. (VOIVODIC, 2004)

Com o final da ditadura, o Brasil começou uma reorganização em todos os seus âmbitos. A reconstrução do país buscou fundamentar-se nos princípios democráticos e com isso tivemos a elaboração de um dos documentos mais importantes do nosso país que é a nossa Constituição Federal, promulgada no ano de 1988. Este documento é um ponto norteador para as demais legislações e que apresenta relevantes mudanças necessárias na educação. (FOSSI, 2010).

Um dos objetivos fundamentais que a Constituição nos fala em seu 3º artigo, inciso IV é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (BRASIL, 1988). Aqui já podemos perceber que a sociedade está buscando sua reconstrução e nela encontramos os primeiros indícios de uma sociedade a caminho da inclusão.

Referente à educação, a nossa Carta Magna ratifica em seu artigo 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988). Esse é um importante artigo para o âmbito educacional o qual passa a ser responsabilidade do Estado e da família a educação, parando de ser um encargo de algumas entidades ou de apenas uma educação baseada na educação doméstica.

Ademais, a Constituição ainda nos apresenta em seu artigo 206, inciso I, a necessidade de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. (BRASIL, 1988). É importante destacar esse inciso, pois trata-se do ensino em geral, mas considera-se um ponto importante para a educação inclusiva, considerando que, para que a inclusão aconteça, existe a necessidade de que

o Poder Público, juntamente com as escolas, promova condições para o acesso e permanência para aqueles alunos que precisam dessa atenção, seja ele com deficiência ou não.

Sobre a educação das pessoas com deficiência, no artigo 208, inciso III, ratifica a garantia do “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988). Ao utilizar o termo “preferencialmente”, parte do pressuposto de que todas as escolas da rede regular de ensino devem dispor de um atendimento educacional especializado, sem ser necessário que o aluno tenha esse atendimento em alguma outra instituição.

O ‘preferencialmente’ refere-se a “atendimento educacional especializado”, ou seja, o que é diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo sobretudo instrumentos necessários à eliminação das barreiras existentes nos diversos ambientes, como ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do código braile, uso de recursos de informática e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas regulares. (MANTOAN, 2015, p. 39-40).

É evidente que a educação inclusiva está conquistando seu espaço, principalmente no que refere à educação das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, cujo ponto de partida é um documento que é um marco na nossa sociedade e que serve de fundamentação para as políticas educacionais subsequentes: a Constituição Federal (1988). A Carta Magna nos deu novos rumos para a educação inclusiva, pois ao longo da história do país, esse âmbito da inclusão não obtinha a atenção necessária, mas foi aos poucos, e com um longo processo, que a educação inclusiva foi ganhando seu espaço e evidenciando que para uma sociedade democrática é imprescindível pensar em todos que a compõe.

Ainda tivemos outro importante documento, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi ratificado pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Essa lei objetiva proteger todas as crianças e adolescentes. Além disso, a mesma define em seu artigo 54, inciso III, o mesmo que está definido no artigo 208 da Constituição Federal em que define o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, deixando claro mais uma vez que seja “preferencialmente” na rede regular de ensino.

Alguns documentos internacionais muito influenciaram as políticas educacionais referentes à educação inclusiva, os quais o Brasil foi signatário. Dentre eles, podemos citar a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 na Tailândia, especificamente na cidade de Jomtien, onde foi formulado um documento em que define as abordagens sobre as

necessidades básicas da aprendizagem. Partindo do fato que essa Conferência foi realizada devido à grande defasagem que estava na educação no referido período.

A Declaração de Jomtien, nome pela qual ficou conhecida, tem como um dos seus objetivos “O objetivo último da Declaração Mundial sobre Educação para Todos é satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos”. (DECLARAÇÃO DE JOMTIEN, 1990, p. 15). O documento ainda aborda sobre a universalização do ensino, com a finalidade do acesso à educação a todos sobre os princípios da equidade, termo utilizado no documento em que objetiva um acesso à educação em que sejam disponibilizados meios para o acesso e a permanência na escola.

No que tange à educação inclusiva, já fica perceptível que o documento da Declaração de Jomtien apresenta princípios de uma educação inclusiva, principalmente no que se refere à promoção de um ensino de qualidade, proporcionando medidas que acabem com a desigualdade.

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (DECLARAÇÃO JOMTIEN, 1990, p. 07).

É relevante destacar que, as pessoas com deficiência, não podiam frequentar a escola comum, pois poderiam atrapalhar o ensino na escola. Até quando era pensado na educação dessas pessoas, prevaleciam modelos educacionais segregadores e excludentes. A partir das legislações e documentos que foram surgindo é que foi ficando nítido que as pessoas com deficiência deveriam ter as condições de acesso e permanência nas escolas regulares.

Outro importante documento de nível internacional, em que o Brasil também foi signatário, foi a Declaração de Salamanca, que foi elaborada a partir da Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais que aconteceu no ano de 1994. Seu objetivo era discutir sobre a exclusão dos alunos com deficiência, atribuindo preferência por aqueles ditos normais, exclusão essa que aconteceu nos países da Europa. (CARDOSO, 2004).

A Declaração de Salamanca é um documento inovador que ampliou o conceito que se tinha de necessidades educacionais especiais, deixando claro que as pessoas que possuem necessidades educacionais não são só aquelas com deficiência, mas todas as pessoas que apresentam dificuldades no acesso e permanência da escola, todos aqueles que vivem à margem da sociedade ou que apresentem motivos para estarem fora da escola como aqueles que

apresentam várias repetências, tenham problemas emocionais ou físicos. Por isso, a Declaração acredita que:

toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 01).

O referido documento apresenta uma perspectiva de paradigma educacional que vai além de uma educação só para pessoas com deficiência, ele apresenta um modelo educacional de uma educação inclusiva que promove uma educação para todos, que seja de qualidade e que não haja exclusão. São esses os princípios que fundamentam a educação inclusiva. Trata-se de uma reforma educacional urgente e necessária, por isso o documento nos diz que:

Muitas das mudanças requeridas não se relacionam exclusivamente à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Elas fazem parte de uma reforma mais ampla da educação, necessária para o aprimoramento da qualidade e relevância da educação, e para a promoção de níveis de rendimento escolar superiores por parte de todos os estudantes. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 08)

Com esses documentos em torno da educação inclusiva, fica perceptível toda a mobilização em prol da educação daqueles que historicamente foram excluídos, pois esses documentos foram passos significativos, mas permeados de muitas lutas.

Ainda em relação a legislação educacional, temos a última versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96, considerada uma das mais importantes leis da educação brasileira, a mesma dispõe de um capítulo voltado para a Educação Especial, em que a define em seu artigo da seguinte maneira

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996).

Ainda no mesmo capítulo no artigo 59, inciso I, define “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. (BRASIL, 1996). Deixando claro que o objetivo principal é criar possibilidades para os educandos com deficiência, de modo que ofereça um ensino de qualidade e assegure a permanência do aluno.

Em meio aos avanços na educação inclusiva, podemos citar a Resolução CNE/CEB N° 2, de 11 de setembro de 2001, a qual institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Nela, além de definir a Educação Especial como uma modalidade que deve ser oferecida na Educação Básica, ainda nos diz em seu artigo 2º que “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (CNE/CEB N° 02/2001).

Importante destacar que a parte em que diz que as escolas que devem organizar-se para o atendimento aos alunos, se dá porque, até um dado momento da história, um dos motivos da exclusão das salas comuns dos alunos com deficiência era pela dificuldade de se adequarem às escolas, devido às suas possibilidades enquanto alunos com deficiência.

As Diretrizes ainda definem:

Art. 4º Como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características bio-psicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar: I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social; II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências; III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos. (CNE/CEB N° 02/2001).

Os artigos das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica apresentam pautas relevantes no que se refere a considerar a singularidade dos educandos, compreendendo que o ser humano é completo de singularidades e que a diferença em que cada um possui não deve ser motivo para práticas discriminatórias e excludentes. Os princípios

propostos no documento devem ser considerados para os estudantes no geral, cada um apresentará sua singularidade, não será só aquele aluno que apresente alguma deficiência.

Ainda podemos destacar a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A referente Lei aborda sobre uma inclusão social que vai para além do âmbito educacional e objetiva a inclusão em todos os âmbitos e condições de igualdade, assim como para o exercício da cidadania. No que diz respeito a educação a Lei mencionada nos diz o seguinte:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

De modo objetivo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência nos diz, referente à educação, que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis, de modo a possibilitar o máximo desenvolvimento do indivíduo. Ou seja, o sistema educacional não deve ser inclusivo por uma opção da gestão, mas porque é assegurado por Lei um sistema educacional inclusivo. E quando se trata de alcançar o máximo desenvolvimento, diz respeito ao fato de que o aluno não é para apenas estar inserido na escola, mas a instituição deve possibilitar meios para que o indivíduo chegue a esse desenvolvimento.

Em meio aos avanços legislativos ainda podemos encontrar algumas defasagens no que se refere à Educação Inclusiva. Também é possível perceber que o que se entendia por uma educação para as pessoas com deficiência foi mudando de conceito ao longo do tempo, mediante aos avanços educacionais. Para tanto, o conceito de diferença tornou-se deturpado, visto que os seres humanos não apresentam uma unicidade. O conceito de diferença passou a ser utilizado como definição para as pessoas com deficiência, produzindo exclusão e preconceitos, deixando a entender que aqueles considerados diferentes só eram as pessoas que tinham deficiências.

Outro conceito que também abre espaço para práticas excludentes é a ideia que se tem de igualdade. Ao considerar todos iguais, as particularidades de cada um são deixadas de lado, a visão que se tem de homogeneidade desconsidera as diferenças e rotulam as pessoas com deficiência, atrapalhando a construção do perfil identitário dos indivíduos. Por essa razão, Maria Teresa Eglér Mantoan afirma:

Se a igualdade é referência podemos inventar o que quisermos para agrupar e rotular os alunos com deficiência. Mas se a diferença é tomada como parâmetro, não fixamos mais a igualdade como norma e fazemos cair toda hierarquia das igualdades e diferenças que sustentam a ‘normalização’. (MANTOAN, 2015, p. 36).

Destacando que existe uma linha tênue no que se entende por igualdade e diferença, haverá momentos que será necessário a utilização de práticas igualitárias que não desconsiderem as diferenças, assim como haverá momento em que será indispensável reconhecer as diferenças como singularidade do indivíduo, sem inferiorização. “Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades – nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente”. (MANTOAN, 2015, p. 36).

Para finalizarmos o presente tópico, torna-se imprescindível destacar mais uma legislação que foi promulgada após muitas lutas e movimentos, que é a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conhecida também como a Lei Berenice Piana. A formulação desta lei deu-se partindo dos movimentos sociais que vários pais e apoiadores das crianças autistas organizaram em busca da inclusão dos seus filhos.

A lei partiu da iniciativa de uma mulher chamada Berenice Piana que buscava pela inclusão do seu filho. Ela se tornou um nome de referência para os pais das crianças autistas. A aprovação da lei foi permeada de desafios e de lutas incansáveis dos pais das crianças com Transtorno do Espectro Autista. A lei em questão define “§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”. (BRASIL, 2012).

Um problema que ainda é recorrente e enfrentado pelas famílias das crianças autistas é a questão da sua matrícula na escola. Apesar da Lei 12.764, em seu artigo 7º, afirmar que “o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos” (BRASIL, 2012), essa prática discriminatória ainda perdura em muitas escolas.

O que a Lei afirma é que o gestor, por obrigação, deve matricular as crianças autistas, porém, como muitas famílias não possuem conhecimento de seus direitos, essa e outras práticas tem ainda ocorrido. Por isso, é de extrema importância que as famílias tenham conhecimento da lei que regulamenta os direitos dos seus filhos autistas, de modo que não venham a contribuir

para a negação do direito de estudar que por muitas vezes é tão negligenciado a essas crianças por falta de conhecimento das legislações.

À guisa de conclusão, podemos compreender que, ao longo da história, as pessoas com deficiência foram colocadas à margem da sociedade, principalmente na educação. Quando conquistado algum direito à educação, eram “educados” separadamente em meio a preconceitos, discriminação e exclusão. Foi um longo processo de uma pedagogia da exclusão até chegarem ao reconhecimento da necessidade de uma pedagogia da inclusão.

Ao analisarmos alguns documentos, partindo de uma perspectiva atual, percebemos que há erros em alguns conceitos e em algumas definições nos direitos das pessoas com deficiência, contudo, devemos considerar que a concepção que se tinha de pessoas com deficiência e de educação inclusiva do período destes documentos não são as concepções que temos nos dias atuais. Todavia, reiteramos a sua importância, visto que, em meio ao surgimento dos documentos das políticas educacionais na perspectiva da inclusão é que foi possível o agrupamento daqueles que foram tão estigmatizados desde os períodos mais remotos, considerados sempre em desvantagem quando comparados a outros, e está sendo possível a conquista de seus espaços na sociedade.

2.2 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Ao ouvirmos a respeito do termo Transtorno do Espectro Autista (TEA), ou Autismo, não o associamos a algum conceito propriamente definido, trata-se de algo que por muitas vezes não conseguimos definir rapidamente ao sermos questionados. É um transtorno enigmático que tem provocado inúmeras pesquisas, contudo ainda existem dificuldades para obter um consenso nas causas e sintomas que o autismo provoca, assim como para estabelecer um diagnóstico.

Muito conhecido apenas pelo termo Autismo, o termo clínico que muito se tem utilizado é Transtorno do Espectro Autista “[...] por apresentar vários sintomas diferentes de socialização inadequada, dificuldade de comunicação e interesses restritos” (GAIATO, 2018, p. 19). Sabemos que ainda não existe cura para o Transtorno do Espectro Autista, entretanto, com o avanço das pesquisas já existem meios de tratamentos que contribuem para o desenvolvimento da pessoa com autismo.

O Transtorno do Espectro Autista foi, por muitas vezes, descrito como esquizofrenia, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger, Autismo Infantil e deficientes mentais. Alguns desses termos foram utilizados em algumas edições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). O Manual em questão objetiva contribuir com os profissionais da saúde para a realização de um diagnóstico mais seguro e confiável.

O espectro, em geral, se manifesta nos primeiros anos de vida e frequentemente está associado com algum grau de retardo mental. Embora termos como "psicose" e "esquizofrenia da infância" já tenham sido usados como referência a indivíduos com essas condições, evidências consideráveis sugerem que esses transtornos são distintos da esquizofrenia. (ALMEIDA, 2017, p. 04).

Com a expansão dos meios de comunicação e dos estudos relacionados ao autismo, as mudanças no que se entendia por autismo foram sendo modificadas e mais bem compreendidas. Os sintomas aos quais o autismo estava sendo associado foram tendo mais abrangência e melhores explicações sobre os casos clínicos. Deixando de lado a ideia do autismo associado a outras patologias.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – 5), o Transtorno do Espectro autista é pertencente da categoria dos Transtornos do Neurodesenvolvimento devido ao fato de que as características do transtorno se manifestam no início do desenvolvimento, ocasionando alguns prejuízos no que se refere ao funcionamento pessoal e social, sendo refletidos também no âmbito acadêmico e profissional.

A primeira vez que a palavra autismo foi utilizada foi no ano de 1908, por Bleuler que utilizou o termo autismo para descrever os comportamentos esquizofrênicos de um paciente. No ano de 1943, o psiquiatra Leo Kanner descreveu o comportamento de 11 crianças que ele as denominou de autistas, onde publicou a obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”. Kanner tornou-se um nome influente no que se refere aos estudos sobre autismo, assim como o psiquiatra Hans Asperger, que definiu o autismo como Síndrome de Asperger, em seu artigo “A Psicopatia Autista na Infância”, publicado em 1944 em Alemão e só passou a ser reconhecido no ano de 1980. (CARTILHA DOS DIREITOS DA PESSOA AUTISTA - OAB, 2011).

Outro importante ponto a ser considerado historicamente são as primeiras versões do DSM, onde o autismo sempre esteve associado à esquizofrenia. Desde 1952 que surgiu o Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais e nas suas primeiras versões não se tinha uma

definição específica do autismo. Apenas em 2013, a versão mais recente do DSM-V, é que se une Asperger e Autismo em um único diagnóstico e apresenta uma definição mais esclarecida sobre o autismo. (MAS, 2018).

Fazendo referência à expansão histórica que o autismo foi conquistando, podemos citar duas datas importantes para a comunidade autista, e para aqueles que a defendem, que são o dia 18 de junho, considerado o Dia do Orgulho Autista, e o dia 02 de abril, como o Dia de Conscientização Sobre o Autismo. Essas datas surgiram no intuito de reconhecer e valorizar as pessoas com autismo e suas lutas ao longo da história.

Sabe-se que o TEA compromete as áreas comportamentais e sociais da criança, o que acaba por atrapalhar no seu desenvolvimento, sendo características observáveis desde os primeiros meses de vida. A psicóloga especialista em intervenções precoces e neurocientista, Mayra Gaiato nos diz que, “o TEA, ou simplesmente autismo, é um transtorno do neurodesenvolvimento. Isso significa que algumas funções neurológicas não se desenvolvem como deveriam nas respectivas áreas cerebrais das pessoas acometidas por ele”. (GAIATO, 2018, p. 21).

Existem algumas características das pessoas que têm o TEA, contudo, existem variações nos sintomas e a amplitude que envolve o transtorno faz com que não exista uma conceitualização definitiva dos sintomas do autismo. Há, também, sintomas que um indivíduo pode apresentar e que outro indivíduo não apresenta. Todavia, os primeiros sintomas observáveis nas crianças com TEA são referentes à comunicação social, dificuldades na interação em família ou com colegas, os interesses restritivos e padrões repetitivos.

Segundo Gaiato (2018), destacam-se algumas das características abaixo. Referente à comunicação social podemos apontar:

- As crianças com o transtorno não se interessam da mesma forma que outras crianças em brinquedos e brincadeiras;
- Se relacionam socialmente com dificuldade, por não conseguir atender a aquilo que definimos como regras sociais;
- Apresentam dificuldades nas interações sociais;
- Apresentam defasagens em demonstrar interesse nos sentimentos dos outros, dificuldade em integrar comunicação verbal e não verbal, assim como dificuldade para entender linguagem não verbal relacionado às expressões faciais, gestos e sinais;

- Dificuldade na adaptação em situações sociais diferentes.

Ainda de acordo com Gaiato (2018), no que diz respeito aos interesses restritivos e padrões repetitivos, destacamos alguns como:

- Movimentos repetitivos ou estereotipados;
- Costumam falar sozinhos e repetir narrações de filmes ou desenhos, até mesmo de alguma palavra que ouviu durante alguma atividade cotidiana;
- Insistência em rotinas, quando algo foge daquilo que estava programado na mente da criança autista é uma verdadeira confusão, provocando até angústia pela mudança;
- Hiper ou hiporreação a estímulos do ambiente, trata-se de algumas crianças apresentarem dificuldades a sons ou texturas; estereotípias motoras;
- Forte apego a objetos; sensibilidade a barulhos, cheiros, texturas de objetos; interesse em luzes, brilhos;
- Alteração na sensibilidade à dor.

Importante salientar que essas características são variáveis em cada indivíduo, podendo manifestar-se de maneiras distintas, assim como também os indivíduos podem não apresentar todas as características citadas. A identificação do TEA acontece por meio da observação. Deste modo, os primeiros a perceberem os sintomas são os pais para depois decidirem levar a um especialista. Outro fato importante é que quanto mais cedo a criança for diagnosticada e mais cedo iniciar o tratamento a criança conseguirá desenvolver-se melhor.

As primeiras características a serem observadas na criança nos primeiros meses de vida, são quando a criança tem preferência por ficar no berço não solicitando a atenção de um adulto, não estabelece contato visual, no momento da amamentação onde o contato visual é intenso com a mãe, a criança não mantém o contato ocular. (MENEZES, 2012). Contudo, se a criança apresenta dificuldades nas características citadas não necessariamente ela tenha o TEA, assim como se ela não apresentar essas dificuldades não quer dizer que ela não tenha. O diagnóstico acontece mediante a um processo de consultas com alguns especialistas e a observação comportamental é primordial para o diagnóstico.

Esses são pontos importantes que servem de norteamento para a definição do diagnóstico do autismo. A partir do diagnóstico, as crianças precisam o mais rápido possível iniciar o

tratamento, visto que a estimulação precoce é essencial para o desenvolvimento da criança, sendo primordial para o seu bom desempenho pessoal e social. Logo que a interação e a comunicação são áreas afetadas pelo transtorno, quando estimuladas desde cedo existe a possibilidade de uma melhor recuperação nas respectivas áreas.

Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda são diagnosticadas mais tarde que o ideal, que é antes dos dois anos de idade. Há um crescente corpo de evidências mostrando que a intervenção precoce pode melhorar as habilidades sociais e de comunicação em crianças com esse transtorno. (GAIATO, 2018, p. 30).

Entretanto, compreende-se que existem inúmeras dificuldades para a realização do diagnóstico precoce, alguns sintomas os pais só conseguem perceber quando a criança já tem alguns anos de idade, até mesmo existem pessoas que só descobrem que tem o TEA na vida adulta. A necessidade da estimulação precoce em crianças com TEA, a ênfase na necessidade de um tratamento o mais cedo possível, surge, pois, o cérebro da criança possui mais capacidades de aprendizagem.

Muito já se ouviu falar os termos “autista leve”, “autista moderado” e “autista grave”. Na verdade, os termos leve, moderado e grave são utilizados para caracterizar a gravidade dos sintomas, que podem ir dos sintomas mais leves aos mais graves. De acordo com o DSM – V (2013), baseando-se nos níveis de intervenção que os indivíduos devem receber, divide-os em nível 1, 2 ou 3.

No nível 1 estão aquelas pessoas que precisam de pouca intervenção, apenas costumam apresentar dificuldades em flexibilidade mental e mudanças na rotina. No nível 2, as pessoas com TEA precisam de mais apoio e intervenção, as dificuldades de interação social são mais acentuadas, assim como, os comportamentos restritivos e repetitivos. No nível 3, as pessoas precisam de um apoio mais intenso, apresentam déficits na comunicação verbal e não verbal e a interação social é bastante limitada. (GAIATO, 2018).

O DSM – V é de grande contribuição para a fundamentação das observações para a realização do diagnóstico do TEA. Entretanto, é importante acentuar que o diagnóstico deve ser realizado mediante a observação comportamental e por entrevistas com os pais ou cuidadores das crianças, realizada por profissionais especialistas em autismo. Sabendo que em qualquer situação o diagnóstico é elemento norteador para o planejamento dos melhores tratamentos e intervenções.

Outro importante fator associado ao TEA é em relação às comorbidades que podem associar-se ao autismo, “[...] cerca de 70% das pessoas com transtorno do espectro autista podem ter um transtorno mental comórbido, e 40% podem ter dois ou mais transtornos mentais comórbidos”. (DSM – V, 2013, p. 58). Por esse motivo, o autismo é tão associado a outras deficiências ou transtornos e esse fator por algumas vezes pode contribuir para o atraso do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista. Ainda não existem muitos estudos para compreender melhor a relação entre o autismo e a sua associação com algumas comorbidades, além da esquizofrenia, epilepsia e deficiência intelectual, existem outras comorbidades,

Não existem estudos que comprovem fidedignamente a causa do Transtorno do Espectro Autista, mas existem pesquisas de possíveis causas. A primeira ideia que se tinha da causa do autismo estava associada ao lado afetivo da mãe, partindo dos estudos de Léo Kanner (1943), ele definiu que a causa do autismo era devido a pouca afetividade das mães, onde teoricamente ele as caracterizou de “mães geladeira”. (MENEZES, 2012). Essa colocação do estudioso Kanner foi refutada e atualmente existem pesquisas que definem a causa do autismo associada a problemas ambientais e a problemas genéticos e fisiológicos.

Ambientais. Uma gama de fatores de risco inespecíficos, como idade parental avançada, baixo peso ao nascer ou exposição fetal a ácido valproico, pode contribuir para o risco de transtorno do espectro autista. **Genéticos e fisiológicos.** Estimativas de herdabilidade para o transtorno do espectro autista variam de 37% até mais de 90%, com base em taxas de concordância entre gêmeos. Atualmente, até 15% dos casos de transtorno do espectro autista parecem estar associados a uma mutação genética conhecida, com diferentes variações no número de cópias *de novo* ou mutações *de novo* em genes específicos associados ao transtorno em diferentes famílias. (DSM – V, 2013, p. 56-57).

Cada vez mais tem-se buscado compreender o autismo e, com isso, tem aumentado as pesquisas em torno da temática. Tem acontecido avanços significativos nas pesquisas e na expansão do termo autismo, fazendo com que não seja um transtorno desconhecido, como por um determinado período era denominado e tratado por outros transtornos. “A evolução classificatória das causas do autismo, permitiu que novas possibilidades fossem analisadas [...]”. (PAPIM, SANCHES, 2013, p. 16). Foi por meio das pesquisas que o conceito do autismo foi definido e que surgiram os métodos e materiais que auxiliam na realização do diagnóstico.

De acordo com as pesquisas, os casos de TEA são mais ocorrentes em meninos do que em meninas, existem dificuldades em identificar traços do autismo em meninas. Normalmente, as

meninas apresentam deficiência intelectual, salientando que esse fato não quer dizer que é refutada a possibilidade de existir casos de autismo em pessoas do sexo feminino.

O transtorno do espectro autista é diagnosticado quatro vezes mais frequentemente no sexo masculino do que no feminino. Em amostras clínicas, pessoas do sexo feminino têm mais propensão a apresentar deficiência intelectual concomitante, sugerindo que meninas sem comprometimento intelectual concomitante ou atrasos da linguagem podem não ter o transtorno identificado, talvez devido à manifestação mais sutil das dificuldades sociais e de comunicação. (DSM – V, 2013, p. 57).

Ainda partindo das pesquisas, sabemos que a intervenção deve acontecer em todos os momentos da criança, não só na clínica, mas em casa e na escola também. Isso exige uma mobilização de toda a família da criança, sabendo que “a estimulação ideal para o autismo é de 15 a 40 horas semanais”. (GAIATO, 2018, p. 85). A família e a escola devem estar aptas para estimular adequadamente essas crianças, visto que ambas fazem parte da maior quantidade de horas com a criança.

Como já citado, o autismo não tem cura, mas existem métodos de trabalho pedagógico que são eficazes e que muito contribuem para o desenvolvimento da criança autista, são métodos baseados em teorias comportamentais, que objetivam fortalecer comportamentos que promovam a autonomia e independência dos autistas. Alguns dos métodos que são bastante utilizados são o ABA (*Applied Behavior Analysis*), o TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children*) e o PECS (*Picture Exchange Communication System*).

O método ABA, traduzido para Análise Aplicada do Comportamento, é um dos métodos de tratamento mais aplicado em crianças com TEA. Esse método tem como ensinar por meio da repetição e fazer com que a criança identifique os diferentes estímulos. Já o PECS, traduzido para Sistema de Comunicação por trocas de figuras, ensinam as pessoas com distúrbios na comunicação ou autismo a comunicarem-se por trocas de figuras. (SOUSA, 2019, p. 14).

O TEACCH (*Treatment and Education of autistic and relate communication handicapped children*), é um método de ensino em que é oferecido para cada criança com TEA um programa de ensino individualizado adaptado às suas necessidades. É importante acentuar que, neste método, os pais assumem um papel de grande relevância para o desenvolvimento do seu filho, que é o papel de co-terapeuta. O método TEACCH surgiu por meio de pesquisas realizadas nos Estados Unidos, no ano de 1960. Desde então, o programa teve bons resultados e expandiu-se por outros países. (PAPIM, SANCHES, 2013).

Existem outros meios que são de grande importância para o desenvolvimento da criança com TEA, são eles: a terapia fonoaudiológica, terapia ocupacional, esportes e a musicoterapia. Sobre a utilização de medicamentos, não existe um medicamento específico para o autismo. Existem medicações que são utilizadas para ajudar em sintomas que são causados pelas comorbidades que as pessoas com TEA podem apresentar.

Esses métodos são muito eficazes, principalmente quando o tratamento é iniciado precocemente, quanto mais cedo o tratamento for iniciado maior a capacidade da criança com TEA tornar-se um indivíduo autônomo e independente. Um dos motivos de tanto ouvir-se falar da necessidade de um tratamento precoce se dá devido ao fato de como o cérebro aprende. Esse fator se dá devido à plasticidade cerebral que diz respeito “[...] ao cérebro e sua capacidade de modificação ao longo da vida” (COSTA, SILVA, JACÓBSEN, 2019, p. 461).

A neuroplasticidade está relacionada à recuperação de funções que foram afetadas de alguma maneira, mas também está relacionada à aprendizagem normal, na qual existe constantemente a reorganização de funções e organizações dentro do sistema com um todo. Ela é influenciada diretamente pelas experiências de cada indivíduo e fortalecida pelo uso dessas experiências e por um ambiente rico em estímulos. (GAIATO, 2018, p. 78).

A explicação para o tratamento do autismo é devido à plasticidade cerebral, visto que o cérebro é capaz de mudar sua estrutura. Por esse motivo, é de grande relevância que os docentes tenham conhecimento dessa potencialidade do cérebro humano, “[...] educadores ao conhecerem o processo de funcionamento do cérebro, se apoderam de uma ferramenta importantíssima no processo de ensino e aprendizagem que remetem ao sucesso escolar tão almejado no Brasil”. (ALVELINO, 2019, p. 35).

Essa é a chave para a aprendizagem da criança com TEA. A intervenção precoce é necessária, pois, nos primeiros anos de vida, o crescimento das ligações entre os neurônios acontece de forma intensa. Por isso, é imprescindível “[...] fornecer estímulos que gerem o máximo de quantidade e qualidade de ligações. Aproveitar ao máximo para oferecer estímulos ricos em cores, sons e sensações táteis”. (GAIATO, 2018, p. 77).

A primeira infância é a melhor fase para aprender, por essa razão a escola desempenha um papel tão importante nessa fase, visto que a criança com autismo deve ser estimulada a todo momento e a escola é o local onde a criança passa uma boa parte do seu dia e é lá que a criança também deve ser estimulada. Entretanto, até um dado momento da história, as crianças tinham

que se adaptar a escola, o que chamamos hoje de integração, que na época era visto como inclusão. Os modos como a escola lidou com as pessoas com deficiência foi mudando no decorrer do tempo.

2.3 INCLUSÃO EDUCACIONAL DA CRIANÇA AUTISTA

Até chegar no que entendemos hoje por inclusão, muitas mudanças aconteceram. Sendo, assim, as escolas e todos aqueles que a compõem precisam incluir todos os alunos independente das suas condições e ainda precisam proporcionar meios para que auxiliem esses alunos no processo de ensino-aprendizagem. “São as escolas que têm de mudar e não os alunos, para que estes tenham assegurado o direito de aprender, de estudar nelas!” (MANTOAN, 2015, p.15-16).

Existe uma necessidade de transformações no modelo educacional brasileiro mediante ao seu esgotamento. A escola precisa repensar seu papel enquanto agente formador dos cidadãos, as instituições de ensino precisam parar de realizar práticas segregadoras que marginalizam aqueles que não se encaixam nos padrões ditos normais. A escola necessita mudar de direção, de pensamento e de paradigmas educacionais, pois, enquanto essa mudança não acontecer, a inclusão será apenas uma utopia. Entretanto, é relevante salientar que o movimento da inclusão nas escolas é possível, mas para isso as escolas precisam desfazer o modelo ultrapassado de ensino.

A inclusão escolar provoca uma reviravolta no modelo educacional existente, por isso existe tanta relutância em incluir os alunos que são, na maioria das vezes, marginalizados pela própria escola. No que se trata da criança com TEA, são alunos que acabam sendo excluídos pelos professores assim como pelos colegas da sala, sobretudo pelo fato de o professor não conduzir toda a turma na direção da prática da inclusão. Por isso, para que as escolas tenham um projeto educacional inclusivo se faz necessário um “[...] exercício diário da cooperação, da colaboração, da convivência, do reconhecimento e do valor das diferenças, que marcam a multiplicidade, a natureza mutante de todos nós”. (MANTOAN, 2015, p. 16).

Cada educador deve saber que cada aluno tem o seu ritmo de aprender e que cada um aprende da sua forma. Alguns alunos terão destaque em um determinado componente curricular e outros terão dificuldades. Isso acontece porque a escola é um ambiente diverso e que integra as várias facetas do ser humano. A criança com deficiência, como, por exemplo, uma criança com

Transtorno do Espectro Autista terá o seu próprio ritmo de aprendizagem, os seus interesses por determinados assuntos, assim como outros alunos tipicamente normais. Quando pensamos na criança, partindo da sua individualidade, compreendemos que cada pessoa terá suas especificidades, isso acaba colocando de lado a ideia da prática segregacionista.

A única criança diferente não é aquela que tem autismo ou qualquer outro tipo de deficiência, todos são diferentes e as suas diferenças devem ser respeitadas. A escola é o lugar da diversidade e é nela que a diversidade deve ser considerada como ponto de partida para um projeto educacional inclusivo. A construção do processo identitário do aluno começa na escola, se o aluno é tratado como incapaz, submetido a práticas que não o estimulem no seu desenvolvimento, será esse o perfil identitário que a escola estará formando.

A especificidade do aluno não deve ser o ponto norteador da sua identidade, é papel da escola explorar as possibilidades, sair do círculo vicioso de culpar o outro, a culpa do mal que está na educação sempre será do outro e nunca se acha o culpado. Faz-se necessário pensar no aluno visando suas capacidades e explorar todas as possibilidades existentes, deixando de lado a incerteza, a incapacidade. A identidade do aluno precisa ser formada por meio dos seus desafios e possibilidades e não por aquilo que outrem taxou como perfil identitário.

Muitos teóricos defendem que as crianças aprendem de formas diferentes e cada qual da sua forma, do modo que a atrai. A criança com autismo é desse mesmo modo, ela tem suas peculiaridades como muitas crianças, algumas mais acentuadas que outras. Contudo, isso não é fator determinante para o professor considerar incapaz de ensinar uma criança com autismo. O direito de ser diferente não quer dizer que seja também um direito de diagnosticar um aluno de ser incapaz, é isso que a inclusão defende, o ato de incluir deve visar as possibilidades e não as incapacidades.

O principal desafio que a escolar regular tem enfrentado em relação à criança com autismo, refere-se ao fato de que a primeira coisa que a gestão da escola visualiza são as suas incapacidades. Outros fatores que colaboram para a dificuldade da inclusão da criança autista na rede regular de ensino é o fato de que a gestão, ao se deparar com a proposta de matrícula de um aluno com TEA, pensa logo nos gastos em adaptações na escola, nos materiais, em cuidadores, em um professor especializado.

É por esse e outros motivos que a inclusão da criança com TEA tem sido obrigatória por lei, o gestor da escola não pode negar a matrícula da criança autista, isso é bem claro na Lei nº

12.764/2012, assim como em outras leis educacionais que defendem o atendimento educacional especializado, que obriga a escola a possibilitar meios para o acesso e a permanência do aluno na escola. As políticas educacionais são de grande importância para impulsionar o movimento da inclusão.

A educação inclusiva é uma educação não só para aqueles que possuem alguma deficiência, mas para todos os alunos no geral. Os princípios defendidos pela educação inclusiva favorecem todo o sistema educacional e provocam mudanças em toda estrutura excludente que é a educação brasileira. Para que a inclusão seja efetiva exige uma reformulação na matriz da educação, visto que não se pode inserir um projeto novo em uma concepção velha de educação. (MANTOAN, 2015).

Outro entrave em relação à inclusão da criança com TEA, diz respeito à formação dos professores, onde muitos dizem ter uma má formação e não estarem preparados para educar um aluno com autismo, diante das abordagens específicas que se fazem necessárias para educar o aluno com TEA atrelado a isso ainda tem a maneira como o professor enxerga o aluno, sobre seus julgamentos e preconceitos que já são marcados socialmente. Todos esses são fatores que culminam na dificuldade da inclusão do aluno com TEA.

Assim, o modo como o docente percebe seu aluno diz muito sobre qual maneira ele vai planejar sua prática de ensino, quando o professor percebe seu aluno, partindo do seu diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, a tendência é pensar primeiro nas impossibilidades de ensino daquele aluno e não na sua capacidade de aprender e isso prejudica no desenvolvimento da criança com autismo. Logo que a inclusão escolar é uma prática benéfica para o desenvolvimento do aluno com TEA, assim como para a escola no geral que precisa entender seu papel em meio a uma sociedade diversa e cheia de pluralidades.

Humphrey e Lewis (2008) descrevem a inclusão de alunos com TEA como uma das áreas mais complexas e mal compreendidas da educação, pois os professores das escolas regulares relatam que não têm o treinamento nem o suporte necessário para atender esses alunos que são vistos como mais difíceis de incluir do que alunos com outras deficiências devido às dificuldades de comunicação e interação social. (HUMPHREY e LEWIS, 2008, apud KUBASKI, POZZOBON, RODRIGUES, 2015, p. 03).

É de fundamental importância o apoio dos pais e de todos os envolvidos, como os familiares, os profissionais e a escola. Eles precisam ter toda a orientação necessária sobre o Transtorno do Espectro Autista. Conhecer a respeito se faz necessário para que possam contribuir

para o desenvolvimento da criança com TEA e que ela possa gozar da sua autonomia e do seu exercício como cidadão. Os profissionais da saúde, a família e a escola precisam trabalhar em conjunto.

A inclusão dessas crianças parte da luta travada pelos pais em busca dos direitos dos seus filhos, visto que os pais são peças fundamentais no processo de inclusão dos seus filhos autistas na rede regular de ensino. Todavia, precisam primeiro incluir seu filho no âmbito familiar, pois a família é o primeiro local em que a criança precisa ser incluída.

A família passa por momentos de decepções nas primeiras fases da vida da criança com autismo e no seu processo de desenvolvimento. Os primeiros momentos da descoberta do diagnóstico dos seus filhos representam um momento difícil, onde toda aquela ideia de filho tipicamente normal vai se esvaindo. A família precisa estar pronta para lidar com isso, para então ir em busca daquilo que os seus filhos com autismo têm direito.

Desse modo, torna-se relevante destacar o processo dos pais na inclusão, logo eles que são os primeiros a lutarem pela inclusão e, como já citado, essa inclusão deve começar por eles e depois os mesmos devem ir em busca pela inclusão no âmbito educacional, sabendo que família e escola são dois pilares importantes para a formação do indivíduo.

Os pais ao receberem a notícia da gravidez começam a planejar como será a criança, o que ela vai usar, em qual escola vai estudar, planejam exatamente tudo de como a criança vai ser. Ao se depararem com uma criança com autismo, os pais não estão preparados, visto que eles esperavam alguém saudável e tipicamente normal. Ao perceber que a criança não se desenvolve como outras crianças e que apresentam sinais de que possuem o Transtorno do Espectro Autista, alguns pais começam a ignorar por não quererem aceitar que a criança possui o Transtorno. São momentos em que os pais vão passar por sentimentos de negação, culpa, raiva, até chegar a fase da aceitação que é onde vão começar a lutar pelos direitos dos seus filhos. (GAIATO, 2018).

A escola desempenha um papel importante nesse processo de desenvolvimento da criança com TEA, já que ela e a família são peças fundamentais na vida da criança com autismo. A escola é responsável em grande parte pela aprendizagem desses alunos, devendo buscar a todo momento o desenvolvimento das habilidades e superar as dificuldades. A inclusão escolar é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista.

2.4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ao falarmos de uma determinada temática, faz-se necessário uma análise do assunto abordado partindo da perspectiva do período histórico do estudo em questão. A cronologia dos eventos são pontos relevantes para o entendimento da temática, ou seja, temos que analisar uma determinada temática partindo do olhar do momento histórico em que aquele evento aconteceu. Dito isso, este tópico tem como objetivo tratar da educação inclusiva em tempos de pandemia, visto que desde março de 2020 todo o mundo está vivenciando uma pandemia ocasionada pelo Coronavírus.

Quando o vírus denominado por Covid-19 ou Coronavírus chegou ao Brasil causou um grande impacto em toda a sociedade, assim como estava acontecendo em outros países. Todos os setores precisaram repensar novas maneiras de continuar sua atuação em sociedade. O vírus surpreendeu toda a população e afetou fortemente os modos de trabalho, fazendo com que a necessidade da reinvenção a curto prazo fosse essencial para que o trabalho continuasse. Partindo do fato de que, para se conter a disseminação do vírus da Covid-19, medidas de prevenção como o distanciamento social e o isolamento social tornaram-se primordiais para a redução da transmissão do coronavírus.

O âmbito educacional foi fortemente impactado com a pandemia da Covid-19 e as discussões em torno de novos modos de promover o ensino-aprendizagem precisavam ser repensadas de maneira rápida, para não afetar ainda mais a população sem o acesso à educação. A Educação a Distância (EaD) e o Ensino Remoto Emergencial ganharam destaque no âmbito educacional, porém, para a modalidade EaD necessitava-se de muito mais tempo e planejamento para a organização, por isso, o ensino remoto de emergência tornou-se a alternativa mais viável para o momento.

Em meio a uma crise sanitária mundial provocada pela Covid-19, fez-se necessário reinventar novos limites e um novo cotidiano, fugindo da noção de “normalidade”. O advento da pandemia ocasionou uma ruptura e uma fragmentação nos espaços em que as vidas se desenvolvem. A pandemia da Covid-19 nos impôs uma nova ordem, uma busca de um novo normal e infelizmente não era só um sonho como o do Raul Seixas em sua música “No dia em que a terra parou. [...] No dia em que todas as pessoas do planeta inteiro resolveram que ninguém ia sair de casa” (SEIXAS, 1977). Parece que esse sonho veio a se tornar realidade e essa música passou a ser narração da nossa nova “normalidade”.

A educação precisou ser repensada e, para se continuar com as atividades, fez-se necessário a adesão de um novo modelo educacional, denominado por ensino remoto de emergência. Com isso, os docentes precisaram reinventar suas práticas pedagógicas partindo do fato de que o ensino remoto de emergência acontece de maneira virtual, onde são utilizadas as ferramentas tecnológicas de acordo com o que a instituição escolar determina. Essa mudança no modelo educacional faz com que as novas demandas sejam impostas na prática docente, como por exemplo, o manuseio das ferramentas tecnológicas e a articulação entre a escola e a família.

A educação inclusiva também teve que adaptar-se ao modelo de ensino a distância, o que veio a ser um desafio muito maior, visto que a educação inclusiva enfrenta diversas defasagens em seu modelo educacional. Ainda podemos acrescentar que existem métodos de ensino para as crianças com deficiências, então repensar em uma maneira de ensinar a uma criança com deficiência em um período pandêmico é um verdadeiro desafio, assim como também é uma grande dificuldade para as crianças que tem que adaptar a esse modelo de ensino, “[...] e, se para nós “ditos normais” não temp sido tarefa fácil, o que dizer das pessoas com deficiência”. (OLIVEIRA, AZEVEDO, VIANA, 2020, p. 59).

Aqui podemos destacar como exemplo uma criança com Transtorno do Espectro Autista. Em muitos casos essas crianças são bastante ligadas a rotinas e uma quebra na rotina provoca um desconforto na criança. A criança já estava habituada em ter o seu horário de ir para escola, a ter o horário da sua atividade escolar e de interação com os colegas. Normalmente os docentes que têm alunos com autismo costumam organizar uma rotina para ajudar no desenvolvimento da criança, entretanto a pandemia fez com que tudo isso mudasse, novas rotinas tiveram que ser feitas e isso provocou um forte impacto na escola, na criança e na família.

O impacto que a pandemia da Covid-19 causou no âmbito da educação inclusiva foi enorme, os pais tiveram que assumir o papel do docente, os professores precisaram reinventar sua prática pedagógica, as tecnologias da informação e da comunicação tornaram-se ferramentas primordiais na educação e as crianças tendo que se adaptar a tudo isso. “[...] os ambientes educacionais e os alunos não estavam preparados para tal cenário, que se inseriu em caráter emergencial e complexo, propagando uma jornada desconhecida e incerta”. (FACHINETT, SPINZOLA, CARNEIRO, 2021, p. 153). Contudo, todo esse cenário desconhecido, toda essa reorganização na educação, foi necessária e importante no período em que para salvar vidas precisávamos estar em isolamento.

Os docentes precisaram reinventar sua prática pedagógica, houve uma readaptação dos currículos e dos métodos de ensino. Sem contar que a jornada de trabalho para os professores tornou-se muito mais intensa. Com o ensino remoto de emergência, a sobrecarga de trabalho, a pressão dos meios tecnológicos para dar conta, ocasionou, e continua ocasionando, o adoecimento físico e mental dos docentes. Os docentes passaram a ficar “abarroados de trabalhos para corrigir, mensagens de e-mails e aplicativos, fóruns de ambientes virtuais e outros para dar conta”. (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 43).

A readaptação do currículo no ensino remoto de emergência consistiu em procurar meios para que fossem mais acessíveis de mediar o ensino, assim como a seleção dos conteúdos e das plataformas a serem utilizadas para esse processo. As principais estratégias a serem utilizadas durante esse período pandêmico consistiu no envio das atividades via *WhatsApp*, a retirada de exercícios impressos nas escolas e a utilização de algumas plataformas como o *Google Meet* e o *Zoom*. A relação família e escola sempre foi muito bem evidenciada como ponto fundamental para a educação, nesse período de ensino remoto de emergência essa relação tornou-se ainda mais necessária, visto que os pais precisaram se tornar agentes ativos no processo de ensino-aprendizagem dos seus filhos.

O ensino remoto de emergência passou a ser pautado nos fundamentos da educação inclusiva, visto que as crianças com deficiência também têm direito à educação e os meios para que essa educação seja mediada devem ser disponibilizados. O ensino remoto precisa ser inclusivo e a adaptação do currículo precisa ser revista partindo das singularidades de cada criança.

Por fim, em vez de pressupor que o estudante com deficiência deve ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para o ensino remoto o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus estudantes, com foco na eliminação das barreiras didáticas, que não estão, necessariamente, relacionadas à deficiência, mas aos estereótipos, discriminações e preconceitos. (OLIVEIRA; AZEVEDO; VIANA, 2020, p. 60).

A nossa educação brasileira é permeada de desafios e com a pandemia da Covid-19 as dificuldades foram mais acentuadas em meio a cortes orçamentários e a uma política instável, mesmo assim a educação continuou e foram se fazendo as reinvenções necessárias em meio a um processo de tentativas e erros. Pensar em um ensino remoto de emergência que também seja inclusivo é um processo com muitos desafios e algo que pensar a curto prazo é bem difícil.

Entretanto, as crianças com deficiência também precisam e têm direito à educação, portanto, refletir e discutir sobre essa temática da educação inclusiva das crianças com Transtorno do Espectro Autista em tempos de pandemia é uma pauta essencial, visto que esse público já sofre vários preconceitos, discriminações e negligências. Por esse motivo, precisamos refletir sobre essa temática e ir em busca dos nossos direitos e dessas crianças no que concerne à educação, saúde e cidadania.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Entende-se por pesquisa a ação de investigar algo, buscando conhecimentos sobre um determinado assunto, mediante um estudo planejado que parte de uma problemática com subsídios em uma fundamentação teórica. Nesta perspectiva, o presente estudo tem como procedimento metodológico uma pesquisa de caráter exploratório, pois a finalidade é buscar informações acerca da temática proposta, a fim de melhor delinear a investigação. (PRODANOV; FREITAS, 2013). Pautando-se em uma abordagem qualitativa em educação, ou seja, “o ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados”. (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 128).

Ademais, a pesquisa configura-se por intermédio de levantamentos bibliográficos, baseando-se em materiais já publicados sobre o estudo em questão, (PRODANOV; FREITAS, 2013). Partindo de uma revisão narrativa foram realizadas, pois, buscas em sites como: Anped, *Scielo*, *Google Acadêmico* e Biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sucedendo das leituras nos livros de Maria Teresa Eglér Mantoan (2015), intitulado “Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?” e o livro de Mayra Gaiato (2018), cujo título é “S.O.S Autismo: Guia Completo para entender o Transtorno do Espectro Autista”.

Também foi realizada uma pesquisa documental, buscando fundamentação nos documentos oficiais referentes às políticas públicas educacionais na área inclusiva, em documentos como: a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012).

Como parte da metodologia deste trabalho, foi feita uma pesquisa de campo com a finalidade de averiguar informações por meio de um formulário *on-line* a ser respondido pela professora da sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), docente da Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Amaro Beltrão, localizada na cidade de Mulungu-PB, na rua Monte Alegre; a escola reside em uma cidade interiorana com pequena urbanização. Esse procedimento objetivou um melhor desenvolvimento da pesquisa e entendimento da temática proposta com respaldo em teorias. Sendo assim, dessa forma pudemos buscar contribuições para

melhor refletir a respeito do papel da Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Amaro Beltrão frente à inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES - O PAPEL DA ESCOLA REGULAR FRENTE À INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA MEDIANTE OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES

Ao falarmos de educação, sabemos que é uma temática repleta de desafios e que também é um meio de garantia de muitas possibilidades para o cidadão. A educação é um direito inalienável do cidadão e, quando garantido, possibilita ao indivíduo um pleno exercício em sociedade agindo com autonomia, criticidade e reflexão. Contudo, existe um grupo de pessoas que são colocadas à margem da sociedade e esse direito à educação não é assegurado, por essa razão o movimento da inclusão tem ganhado espaço, visando garantir o direito à educação para todos.

As crianças com autismo têm enfrentado dificuldades no que se refere à sua inclusão na rede regular de ensino, visto que a inclusão é um movimento que defende não apenas a matrícula do aluno na rede regular de ensino, mas, assegura que todo o seu processo de ensino-aprendizagem seja garantido, mediante a um suporte pedagógico inclusivo.

O processo de inclusão envolverá, portanto, a reestruturação das culturas, das políticas e das práticas de nossas escolas que, como sistemas abertos, precisam rever suas ações, até então predominantemente excludentes. No entanto, tal processo vem ocorrendo gradativamente e exigindo novas discussões, estruturas e adequações. É algo possível, viável, mas que exige pensar, querer e encarar o árduo caminho para mudar. (GRANEMANN, 2005, p. 01).

Nessa perspectiva de melhor compreender o papel da escola frente à inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista em meio à pandemia da Covid-19, realizamos uma pesquisa a fim de realizar o presente trabalho, partindo da realidade do processo de inclusão mediante a seus desafios e possibilidades na escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Amaro Beltrão, na cidade de Mulungu-PB. Considerando a realidade escolar da instituição citada, iremos dialogar os resultados da pesquisa com alguns autores que abordem sobre a temática.

A pesquisa foi realizada na única escola pública da cidade em que oferece uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A entrevista foi realizada por meio de um questionário *on-line* com a professora responsável pela sala do AEE. Importante acentuar que a

professora responsável pela sala do AEE também ficou encarregada por mediar o conhecimento, durante a pandemia da Covid-19, para as crianças com TEA.

Sabemos que a educação nos tempos de pandemia precisou ser reinventada e isso levou ao enfrentamento de um grande desafio pedagógico. Isso se refletiu no âmbito social e estrutural, então contatamos que, de acordo com Cavalcante e Jiménez, existe a necessidade de “investigar como os alunos com deficiência estão sendo atendidos através das aulas remotas, e quais as condições estão sendo oferecidas a esse público para que o seu desenvolvimento não seja comprometido”. (CAVALCANTE & JIMÉNEZ, 2020, p. 01).

A professora que respondeu ao formulário aplicado de forma on-line atua desde o ano 2005 e sua área de formação é Pedagogia. A escola citada oferece atendimento a três crianças autistas. Ao ser perguntada sobre de que maneira estão sendo realizadas as aulas/atendimento às crianças autistas no contexto da pandemia, a professora respondeu que está acontecendo por meio de “atividades impressas”.

É perceptível que este tem sido um dos principais meios utilizados durante o ensino remoto de emergência, muitas instituições escolares aderiram a esse método. O interessante a ser abordado com a resposta desse questionamento é se as atividades impressas funcionam para mediação do conhecimento para crianças autistas. Ressaltamos que:

O papel do professor é um muito importante nesse processo, pois precisa de dedicação e comprometimento com a educação, criar, recriar metodologias que proporcionem ao aluno com necessidades educacionais especiais o desenvolvimento de suas potencialidades, que motivem e despertem o interesse da criança [...] (CASTRO, 2021, p. 283).

Outra pergunta foi se a escola possui recursos para o atendimento das crianças autistas e de forma sucinta a professora respondeu “não”. Podemos perceber outra problemática em torno da educação inclusiva e da dificuldade em oferecer um atendimento de qualidade que perpassa por diversos formatos metodológicos, visto que para isso se faz necessário recursos adequados. Outro importante ponto é a escassez de recursos na escola, fator que não só impossibilita a aprendizagem não só do aluno com TEA, mas todo o alunado, salientando que os recursos escolares com as adaptações necessárias são de grande contribuição para o desempenho dos alunos.

Ao ser questionada se a falta de recursos impossibilita o atendimento às crianças autistas, a docente nos respondeu que: “sim, no TEA recursos tecnológicos são fundamentais”. Percebemos aqui a importância dos recursos tecnológicos para o atendimento da criança com autismo, ainda mais nesse período de ensino remoto de emergência onde tornou-se primordial a utilização desses recursos. Relevante destacar a importância de recursos didáticos que são imprescindíveis para alunos com autismo, como citados no capítulo anterior sobre os métodos de trabalho pedagógico que são de grande eficácia para alunos com autismo como ABA, TEACCH e PECS.

Outro importante fator é que a criança deve ser vista de maneira individual e a didática do professor deve dispor de um suporte pedagógico individual partindo da necessidade de cada aluno. Cada criança apresenta desempenho de maneira diferente e por isso a avaliação deve ser de acordo com o desempenho de cada aluno. Observar os alunos individualmente permite planejar uma prática pedagógica inclusiva, considerando-se as potencialidades que cada um pode desenvolver.

Alguns aprendem com mais facilidade e rapidez, outros com mais lentidão. Alguns precisam de atividades que signifiquem fatores novos de desafio cognitivo, enquanto que outros necessitam de pequenos retornos a conteúdos recentemente aprendidos. Penso, aqui, que os conceitos vygotskianos das zonas de desenvolvimento real e proximal encontram oportuno espaço, já que dimensionam bem as sempre existentes pluralidades nas aprendizagens dos alunos. (BEYER, 2006, p. 30).

Em mais uma das questões foi perguntado à professora como está sendo a relação das famílias com crianças autistas em relação a escola, diante do contexto da pandemia da Covid-19. A professora de forma objetiva respondeu que estava sendo “satisfatória”. E ao ser questionada sobre se para ela existia pontos e contrapontos nas relações entre escola e família, a docente respondeu que a “aceitação da deficiência por parte de algumas famílias, dificulta o trabalho e a relação pedagógica”.

Sabe-se que na vida da criança com TEA os pais exercem um papel de grande importância, visto que são eles os primeiros a perceberem que a criança foge de alguns padrões comportamentais definidos para a sua idade e, por essa razão, os pais devem recorrer à ajuda necessária para os seus filhos, assim como o acompanhamento dos pais em todo o processo de desenvolvimento do filho é indispensável. Contudo, “os pais nunca estão

preparados para a notícia de que seus filhos apresentam traços do espectro do autismo”. (GAIATO, 2018, p. 52).

Como já explicado no capítulo anterior, o autismo depende dos comportamentos da criança para que seja diagnosticado. Então, quando os pais descartam, por meio de exames pré-natais a possibilidade de alguma anomalia, existe um grande alívio, então depois que os pais percebem que a criança tem comportamentos diferenciados da sua faixa etária e existe a possibilidade de a criança ter o espectro do autismo, os pais em algumas situações afundam-se nos sentimentos de negação. E isso dificulta a aceitação dos pais referente ao diagnóstico do autismo, sabendo que “[...] a reação dos pais pode ajudar ou não na evolução da criança”. (GAIATO, 2018, p. 53).

A última pergunta realizada à professora foi sobre qual a importância de uma escola inclusiva na rede regular de ensino para as crianças com Transtorno do Espectro Autista. A professora respondeu da seguinte forma “Acolher essas crianças é humanizar o ensino, a escola inclusiva deve e pode melhorar”. Interessante enfatizar quando a professora fala sobre “humanizar o ensino”, é um ponto de grande relevância na educação e, principalmente, no movimento inclusivo, pois a educação deve ser realizada com base no processo de humanização, reconhecendo e tendo como ponto norteador a realidade do contexto social de todos os envolvidos.

O caminho de uma escola aberta para todos é o que se vislumbra atualmente com a institucionalização e a expansão de políticas públicas educacionais que superam a segregação e a discriminação e assumem o compromisso com a identificação e a eliminação das diversas barreiras à inclusão. (MANTOAN, 2015, p. 12).

Destacamos que para que a educação inclusiva seja realizada e permanente nas escolas faz-se necessário entender a trajetória de lutas e conquistas enfrentadas pelas pessoas com deficiência. A educação inclusiva não surgiu do nada, ela tem uma história de lutas com avanços e retrocessos, existe uma dívida histórica que a sociedade tem com esse grupo que foi duramente excluído e marginalizado.

Os modos como a escola lidou com as pessoas com deficiência foram mudando no decorrer do tempo. E hoje podemos dizer que “[...] a escola inclusiva brasileira tem sólidas fundações, na lei, no vanguardismo dos que se dispuseram a expandi-la verdadeiramente

imbuídos do compromisso de transformar a escola, para se adequar ao nosso tempo”. (MANTOAN, 2015, p. 89).

O primeiro e mais importante passo para uma escola que promova a inclusão é mudar sua maneira de pensar, um abandono da ideia de uniformização e divisão, para então organizar um sistema de ensino que valorize as diferentes capacidades dos seus alunos. Obviamente é um grande desafio que irá modificar o papel da escola e todo o seu modelo de ensino. Entretanto, é uma mudança indispensável e os desafios são necessários para serem superados, para assim, os avanços acontecerem na educação.

[...] Precisamos entender que as crianças são diferentes entre si. Elas são únicas em sua forma de pensar e aprender. Todas as crianças, não apenas os que apresentam alguma limitação ou deficiência, são especiais. Por isto, também é errado exigir de diferentes crianças o mesmo desempenho e lidar com elas de maneira uniforme [...]. (BEYER, 2006, p. 28-29).

Diante das reflexões apresentadas até aqui, esta pesquisa mostrou que o desafio que as escolas regulares enfrentam é a dificuldade em mudar o seu paradigma educacional, pois ainda estão firmes nas suas ideias tradicionalistas e de homogeneização, e, com o advento do movimento da inclusão, os fundamentos da inclusão provocam uma mudança radical na maneira como a escola atua. Por ser algo novo, torna-se um grande desafio, quando superado resulta em inúmeras possibilidades benéficas para todos aqueles que compõem o âmbito educacional. A inclusão é para além do ato de colocar a criança nas salas comuns, seja ela com deficiência, marginalizada ou aquela que fracassou.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. (MANTOAN, 2015, p. 28).

Mesmo assim ainda existe certa relutância quanto à inclusão na rede regular de ensino, pelo fato de muitos educadores pensarem nos desafios que vão enfrentar, nas dificuldades do aluno com deficiência e de esquecerem, muitas vezes, de parar e refletir que é mais um aluno com peculiaridades como qualquer outro e que, obviamente, tem mais destaque por algumas das suas dificuldades o que exigirá mais atenção.

Foi preciso muitos movimentos em prol da criança com TEA para que eles pudessem ter a oportunidade de ser matriculados na rede regular de ensino. Salientamos que a interação com outras pessoas é um fator importantíssimo para a aprendizagem, ainda mais no caso da criança com autismo, que apresenta dificuldades nas interações, o estímulo a interagir na escola resulta positivamente no seu desenvolvimento.

Sabemos que passou o tempo de que o aluno precisava adequar-se à escola, agora é a escola que deve adequar-se ao aluno e isso é um grande desafio que exige esforço, reflexão e cooperação de todos os envolvidos. A maneira como acontece o processo de ensino-aprendizagem diz muito sobre as dificuldades que o aluno apresenta, esse é mais um desafio que é a mudança do método de ensino. Sendo assim, deve-se assumir que a responsabilidade da dificuldade apresentada pelos alunos não é apenas deles.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernizar e reestruturar a natureza atual da maioria de nossas escolas. Isso acontece à medida que as instituições de ensino assumem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2015, p. 62).

A escola desempenha um papel essencial no desenvolvimento do aluno em suas áreas sociais e cognitivas, além da sua formação enquanto cidadão para o seu exercício em sociedade, e os professores são pessoas primordiais no desenvolvimento do aluno com TEA, são eles que são os responsáveis pelas crianças e, fica a encargo deles, todo o processo de ensino-aprendizagem, “[...] por se tratar de um espectro de condições, o padrão comportamental e cognitivo das crianças com TEA pode variar bastante, o que impõe ao professor desafios específicos no manejo com o aluno com TEA e com os demais da turma”. (WEIZENMANN, PEZZI, ZANON, 2020, p. 02).

O docente tem papel planejar a sua prática pedagógica de modo que respeite a individualidade de cada aluno, considerando que as crianças aprendem com ritmos diferentes e cada uma dispõe de diferentes capacidades. Ao falarmos que se deve enxergar o aluno com autismo partindo das suas possibilidades de aprender e das suas capacidades, não se quer dizer que o professor deve estar a todo momento exigindo do aluno para demonstrar seu potencial, mas o professor deve estimular no aluno o desenvolvimento das suas capacidades individuais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho apresentamos um breve resgate histórico mediante as lutas, estudos e conquistas que fazem parte desse paradigma educacional que é a educação inclusiva. Além disso, podemos enfatizar que houve um avanço educacional significativo, objetivando uma pedagogia centrada na criança, temática tão debatida em diversas legislações e documentos normativos. Diante do que foi exposto, podemos concluir que o acesso e a permanência dos estudantes na escola são garantias previstas na legislação brasileira, sendo a educação um direito constitucional.

Entretanto, faz-se necessário compreender que ao falarmos da educação inclusiva estamos falando de uma escola de todos e, para todos, um compromisso da educação brasileira que deve ser embasada em uma pedagogia da inclusão que fuja de modelos segregadores que tem provocado exclusão, marginalização e fracasso escolar. Deve ser banida do âmbito educacional a ideia preconceituosa que se tem de que a presença de estudantes com deficiência atrapalha o aprendizado. A escola é muito mais do que um local onde acontece a mediação formal do conhecimento, é um lugar de valorização da diversidade e de construção do perfil identitário do indivíduo.

Compreendemos que entender as concepções acerca do Transtorno do Espectro Autista foi de grande relevância para construção de uma prática inclusiva. Sabemos que as crianças com TEA possuem direito a serem incluídas na rede regular de ensino e que cada vez mais teremos crianças autistas nas escolas comuns, assim como alunos com outras deficiências. Por essa razão, é tão importante que pesquisemos acerca desta temática, visto que para que elaborem qualquer prática pedagógica precisamos antes de tudo um suporte teórico.

Considerando os aspectos apresentados e analisados, conclui-se que a inclusão das crianças autistas é cercada de dificuldades, contudo, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Amaro Beltrão existe um processo de inclusão dessas crianças que ainda está caminhando, mas já deu importantes passos. É relevante ressaltar a participação dos pais dos alunos nesse processo, visto, que essa comunicação escola e família é de grande importância na

educação e, na inclusão, pois para que essa inclusão aconteça, na maioria das vezes parte das lutas que as famílias enfrentam.

Referente a essa inclusão no período da pandemia da Covid-19, percebe-se que a escola e a professora tem buscado meios para que as crianças autistas continuem com as aulas e é muito importante que o professor, tanto no período da pandemia como em tempos de normalidade, busque meios para inovar seus métodos de ensino, visto que o processo de aprendizagem da criança autista é cercada de desafios.

Baseado no material recolhido, é possível afirmar que ele foi de extrema importância para a prática reflexiva como estudante e como pesquisadora. As respostas obtidas contribuíram para o nosso conhecimento, fazendo com que entendêssemos que a inclusão é um processo lento e que requer muita disposição para enfrentar as adversidades, ainda mais nesse período de pandemia. Infelizmente os métodos de pesquisa foram reduzidos diante da pandemia do Covid-19, não suprimos todas as dúvidas com as repostas obtidas no nosso formulário on-line, contudo podemos conhecer e refletir de como está acontecendo o papel da escola Estadual Desembargador Amaro Beltrão frente à inclusão da criança autista no contexto da pandemia da Covid-19.

Vale salientar que o trabalho apresentado tem suas limitações diante do vasto material existente acerca da temática, não obstante, esperamos ter contribuído positivamente aos trabalhos acerca da inclusão da criança autista na rede regular de ensino durante a pandemia da Covid-19. Sobretudo, ressaltamos que existe a necessidade em volta desta temática em meio as possibilidades de estudos que ainda se tem sobre o tema. Dito isso, alegamos que a busca pelo aprendizado nunca será tempo perdido e que o conhecimento nos permite enfrentar as dificuldades e superar nossas incertezas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A. Desafios da inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino. **Psicologia**. PT. p. 1-11. ISSN 1646-6977. Documento publicado em 06.08.2017.

AVELINO, W. F. A neuropsicopedagogia no cotidiano escolar da educação básica. **Revista Educação em Foco**. Edição nº 11 – Ano: 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 01 jul. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 07 ago. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971. Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 07 ago. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 07 ago. 2021.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 10 ago. 2021.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 14 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 27 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: 2012.

BARBOSA, M. G. S. **Os Avanços da Educação Especial ao Longo da História: da segregação à inclusão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Centro de Ciências Humanas. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CARDOSO, M. S. **Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão à inclusão – uma caminhada**. In: STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. Educação Especial: em direção à educação inclusiva. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CAVALCANTE, M. S. A.; JIMENEZ, Luis O. **Educação Inclusiva em tempos de pandemia**. CONEDU – VII Congresso Nacional de Educação. Alagoas 15, 16 e 17 de outubro de 2020.

CASTRO, G. C. Educação Inclusiva em tempos de pandemia: desafios para a inclusão. **Revista Interdisciplinar** | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 24 | Jun, 2021, pp. 275-290.

COSTA, A. R.; SILVA, P. L. O.; JACÓBSEN, R. T. Plasticidade cerebral: conceito(s), contribuições ao avanço científico e estudos brasileiros na área de Letras. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 457-476, set-dez/2019.

EON, L. M. R.; SILVA, Adriana. M. **Cartilha dos Direitos da Pessoa Autista**. Distrito Federal: OAB, 2011.

FACHINETT, T. A.; SPINAZOLA, C. C.; CARNEIRO, R. U. C. Educação Inclusiva no Contexto da Pandemia: Relato dos desafios, experiência e perspectivas. **Educação em Revista**, Marília, v.22, n. 01, p. 151-166, 2021.

FREITAS, C. E.; PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed.** – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

FOSSI, G. C. G. **Necessidades educativas especiais e a Inclusão escolar**. Monografia (Especialização em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Séries Iniciais e a Inclusão da Educação Especial) – Faculdade Capivari, Capivari de Baixo, 2010.

GAYATO, M. **S.O.S. Autismo**: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista. 4ª Edição. São Paulo: nVersos, 2018.

GRANEMANN, J. L. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola**: uma proposta necessária e em ascensão. Comunicação resultante da dissertação de mestrado defendida em 2005, junto ao Programa de Pósgraduação - Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, MS.

KUBASKI, C.; POZZOBON, F. M.; RODRIGUES, T. P. Investigando a qualidade da inclusão de alunos com autismo nos anos iniciais. **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar** – O que é? Por quê? Como fazer? 2ª reimpressão. São Paulo: Summus, 2015.

MAS, N. A. **Transtorno do Espectro Autista** – história da construção de um diagnóstico. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MENEZES, A. R. S. **Inclusão escolar de alunos com autismo**: quem ensina e quem aprende? Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação – 2012.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

OLIVEIRA, A. M. D.; AZEVEDO, Débora, K. S.; VIANA, Flávia R. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva em tempos de pandemia. **Cadernos de Estágio** - Vol. 2 n.1 – 2020.

PAPI, A. A. P.; SANCHES, K. G. **Autismo e inclusão**: levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do Atendimento Educacional Especializado em sua prática com crianças com autismo. Monografia apresentada ao Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* – UNISALESIANO, Lins-SP, para graduação em Psicologia, 2013.

REIS, L. **Educação Inclusiva**: Uma reflexão. Monografia Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, 2010.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. **Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto.** Universidade e Sociedade, ANDES – SN, 2021.

SOUSA, L. **Estudo de Caso: Inclusão do Autista no Cotidiano Escolar – Verdade ou Utopia?** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.

SEIXAS, R. **O dia em que a terra parou.** 1977. Disponível em <https://www.letras.mus.br/raulseixas/discografia/o-dia-em-que-a-terra-parou-1977>. Acesso em jun. 2021.

VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down.** 2 ed. Petropolis: Vozes, 2004.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Revista Psicologia Escolar e Educacional.** 2020, v. 24. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392020217841>.

APÊNDICE A- MODELO DE FORMULÁRIO APLICADO PARA COLETA DE DADOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA
ORIENTADORA: DÉBORA REGINA FERNANDES BENICIO
ORIENTANDA: NATÁLIA FERNANDA ISIDRO DA SILVA

Tema: A Educação das Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Tempos de Pandemia

Meu nome é Natália Fernanda e sou estudante do curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III. Estou realizando a presente pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão de Curso, o objetivo da pesquisa é coletar dados a respeito de como tem sido efetivado a educação das crianças com autismo durante a pandemia do Covid-19 para melhor delinear o meu trabalho, partindo dos resultados da pesquisa com a aplicação do referido questionário ao/a docente responsável pela educação da criança com TEA.

QUESTIONÁRIO

Questão 1 –

A) Escola Campo: _____

B) Nome: _____

C) Idade: _____

D) Qual a sua área de formação? _____

E) Desde quando atua como docente? _____

F) Quantos alunos com Transtorno do Espectro Autista você atende em sua turma?

Questão 2 - Estão sendo realizadas as aulas, ou algum tipo de atendimento para as crianças autistas durante esse contexto de pandemia do Covid-19? Explique.

Questão 3 – A) Se a resposta for sim, de que maneira estão sendo realizadas essas aulas/atendimento?

B) Se a resposta for não, por quais motivos não estão sendo realizadas essas aulas/atendimento?

Questão 4 – A escola possui recursos para o atendimento das crianças autistas?

Questão 5 – A falta de recursos impossibilita o atendimento às crianças autistas? Explique.

Questão 6 – Como está sendo a relação das famílias com crianças autistas em relação a escola, diante do contexto da pandemia do Covid-19? Explique.

Questão 7 - Para você, existem pontos e contrapontos nas relações entre escola e família? Se possível, elenque-os.

Questão 8 – Para você, qual a importância de uma escola inclusiva na rede regular de ensino para as crianças com Transtorno do Espectro Autista?

APÊNDICE B – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o(a) aluno(a) de graduação Natália Fernanda Isidro da Silva, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, que pode ser contatado pelo e-mail natalia.isidro@aluno.uepb.edu.br e pelos telefones (83) 99126-7488 e (83) 99411-9333. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com alunos, professores, pais, coordenadores e/ou gestores visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso (TCC). Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita ou realizada por meio de formulário/questionário virtual para ser preenchido por mim. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista ou do formulário/questionário da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Mulungu - PB, 16 de dezembro de 2021.

APÊNDICE C – MODELO DA CARTA DE AUTORIZAÇÃO**CARTA DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, _____, Gestora da escola, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada “A Educação das Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Tempos de Pandemia”. Sob responsabilidade da pesquisadora Natália Fernanda Isidro da Silva, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Amaro Beltrão. Para isto, serão disponibilizados ao pesquisador uma entrevista com o docente por meio de um formulário online.

Mulungu- PB, 16 de dezembro de 2021